

**ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO TOCANTINS – CERH/TO**

1 Aos oito dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, às nove horas e trinta e  
2 cinco minutos, na sala de reunião da SEMARH, reuniu-se, ordinariamente, o  
3 CERH/TO. O **Secretário Executivo Aldo Azevedo** deu boas vindas a todos, fez a  
4 verificação do quórum, e registrou a presença de: Ricardo de Souza Fava  
5 (Naturatins), Carlos Spartacus da Silva Oliveira (SEAGRO), João Carlos Lima da  
6 Cruz (SEFAZ), Graziela Macedo Cortez (SEDETUR), Nivaldo Sampaio Pedrosa  
7 (SEINFRA), Roberta Mara de Oliveira Vergara (SEPLAN), Jair da Costa Oliveira  
8 Filho (Com. Científica/UFT), Antônio Rodrigues da Silva Neto (Odebrecht), Miguel  
9 Pinter Júnior (CELTINS), Itamar Xavier da Silva (CI-LAGO), Adão Teodoro Maia  
10 (CREA), Fernando Afonso N. Filho. Em seguida passou a palavra ao Presidente  
11 do Naturatins, para presidir a sessão. O Presidente **Ricardo Fava** deu bom dia a  
12 todos e declarou a aberta a 27ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos  
13 Recursos Hídricos – CERH, em seguida abriu para a palavra livre. O conselheiro  
14 **Nivaldo (SEINFRA)** chamou a atenção para o prazo do ofício da Semarh que  
15 convidou a participar da COP 21, em Paris, salientou que o evento aconteceria dia  
16 02/12 e o ofício chegou dia 03/12. Em seguida questionou à Semarh, em virtude  
17 do acontecido em Mariana-MG, sobre a questão da segurança das barragens do  
18 Tocantins, comentou que é obrigação da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos  
19 Hídricos promover um levantamento da situação das barragens, para que o  
20 Estado não venha a sofrer, também, as conseqüências a exemplo do ocorrido em  
21 MG. O Presidente concordou com o Conselheiro a respeito do primeiro  
22 apontamento e quanto ao segundo informou que o Naturatins planejou uma ação  
23 de fiscalização nas barragens que tem processo de licenciamento no órgão. A  
24 técnica do Naturatins **Vanessa** complementou que na atual gestão foi criada a  
25 supervisão de segurança de barragens. Salientou que o Naturatins tem a  
26 obrigação de inspecionar e não fiscalizar. Informou que a inspeção está sendo  
27 realizada, com cadastramento de todas as represas e que o relatório poderá ser  
28 apresentado ao Conselho. O **Secretário Executivo Aldo** informou que o relatório  
29 sobre segurança de barragens é uma das metas do Programa Pró-gestão. O  
30 Conselheiro **Carlos (SEAGRO)** salientou que no Formoso tem barragens na  
31 eminência de rompimento. A Taboca III se receber acima de 10 mm de água não  
32 irá suportar a pressão. Informou que a Defesa Civil fez uma visita e que está  
33 sendo assinado um convênio de doze milhões para realização de intervenção  
34 imediata, salientou que não entende porque o Naturatins não foi informado sobre a  
35 situação. Comentou também que somente a barragem do Manuel Alves tem  
36 manual de segurança e que não tem uma barragem instrumentalizada no Estado.  
37 O conselheiro **Itamar (CI-Lago)** convidou os conselheiros para reunião do Comitê  
38 da Bacia Hidrográfica do Entorno do Lago dia 14/12, às 14 horas. Informou ainda  
39 que dia 10/12 terá reunião do Comitê da Bacia do Formoso e solicitou levar as  
40 informações sobre barragens para os mesmos. O conselheiro **Nivaldo (SEINFRA)**  
41 comentou que o tema das barragens é de uma responsabilidade enorme. Disse  
42 que a responsabilidade maior é do Governo, pois é quem licencia e fiscaliza e o  
43 segundo responsável é o operador. Comentou que outra situação grave é a falta  
44 de integração dos órgãos responsáveis, pois conforme disse o conselheiro da  
45 Seagro, a Defesa Civil foi chamada no caso do Formoso, sendo que este órgão é

*[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including names like 'Vanessa', 'Itamar', and 'Nivaldo'. There are also some illegible scribbles and a date '17/5' written in the bottom right corner.]*

46 corretivo, ou seja, Naturatins não foi comunicado, além de outros órgãos, como a  
47 Seinfra, sendo que estes órgãos poderiam dar sua contribuição. Ressaltou que  
48 essas situações não podem ter ação isolada, pois é uma obrigação de Estado. O  
49 Conselheiro **Carlos (SEAGRO)** respondeu que foi chamado a Defesa Civil porque  
50 era uma exigência do Ministério para liberação imediata de dois milhões do  
51 recurso. Comentou que o Secretário anterior devolveu 114 milhões porque  
52 entendeu que a barragem não precisava de reparos, mas que o governo atual está  
53 correndo atrás para recuperar esse recurso. O **Presidente** reclamou da falta de  
54 comunicação com o Naturatins e disse que a situação é preocupante, pois 10 mm  
55 de chuva vai acontecer e assim sendo a barragem vai romper. Comentou sobre a  
56 fala do conselheiro Nivaldo e disse que discorda que a responsabilidade número  
57 um é do governo, pois tem a ART e quem é responsável é a pessoa que fez o  
58 projeto, além disso, deve ter o automonitoramento, pois ninguém conhece mais o  
59 projeto do que o operador do sistema. Disse que o governo tem que acompanhar  
60 os relatórios de monitoramento e observar se tem algo errado. O **Secretário**  
61 **Executivo** complementou que quando foi comentado que o governo tem que estar  
62 presente, não tem palco melhor do que este Conselho, pois está representado  
63 pelos diversos seguimentos. Agradeceu a presença do Conselheiro Carlos  
64 Spartacus e salientou que é uma pena que este não tenha participado das  
65 reuniões anteriores, pois talvez o problema relatado não teria chegado ao estágio  
66 que se encontra, salientou a respeito do relatório de monitoramento de barragens  
67 que o conselho não tem conhecimento. Ressaltou que é bom que todos  
68 participem, pois cada um tem sua contribuição e responsabilidade na gestão dos  
69 recursos hídricos. Alegou que a estrutura da barragem tem mais de 30 anos sendo  
70 sugada, sem manutenção e quando o problema surge joga a responsabilidade  
71 para o Governo e observou que o projeto tem uma estrutura empresarial e que  
72 estes têm suas responsabilidades. **Vanessa (Naturatins)** comentou que os  
73 relatórios da Agência Nacional de Água – ANA dá responsabilidades ao  
74 empreendedor. O conselheiro **Itamar (CI-Lago)** ressaltou que as discussões  
75 desse nível deveriam ser discutidas no Comitê de Bacia do Formoso. Em seguida  
76 cobrou urgência na estruturação dos comitês de bacias. O conselheiro **Lima**  
77 **(SEFAZ)** informou que um bom indicador são as tábuas do Icms Ecológico e que  
78 acha estranho não ter no questionário nenhuma pergunta relativo às condições  
79 das barragens, ressaltou que isso ajudaria no monitoramento. O conselheiro  
80 **Fernando (ONG/IDAHRA)** levantou questão de ordem e solicitou dar o  
81 encaminhamento sobre o tema e dar prosseguimento à pauta. O **Presidente**  
82 concordou com o conselheiro e encerrou a palavra livre. E dando prosseguimento  
83 colocou em votação a Ata da 26ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de  
84 Recursos Hídricos que foi aprovada. Em seguida passou a palavra para o  
85 Secretário Executivo apresentar o item seguinte: homologar os valores a serem  
86 cobrados e os critérios da respectiva cobrança pelo uso da água na bacia  
87 hidrográfica do Rio Formoso, conforme Deliberação nº 04 de 21 de outubro de  
88 2015 aprovada pelo CBH-Formoso. O **Secretário Executivo** informou que a  
89 homologação pelo conselho dos mecanismos e dos valores de cobrança pelo uso  
90 da água da bacia do rio Formoso é muito importante. Informou que o Estado  
91 pagou uma consultoria para realizar o estudo de viabilidade da cobrança e o  
92 método que teria menor impacto sobre o sistema produtivo do rio Formoso, que é  
93 basicamente irrigação e abastecimento doméstico. Em seguida apresentou os

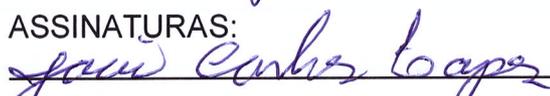
*[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including names like 'Wendell' and 'Subamitay'.]*

94 dados do estudo. Finalizou a apresentação e ressaltou que cabe ao CERH  
95 homologar o valor de cobrança decidido pelo Comitê de Bacia do Formoso,  
96 conforme determina a lei. O **Presidente** perguntou se havia alguma consideração.  
97 **Vanessa** (Naturatins) sugeriu alterar o art. 1º, §2º do Anexo Único, da Deliberação  
98 CBH-Formoso nº 04, de 21 de outubro de 2015, onde se lê "...do processo de  
99 licenciamento ambiental", leia-se "...do processo de outorga de recursos hídricos".  
100 Ressaltou que isso foi corrigido na reunião do Comitê. O **Secretário Executivo**  
101 concordou com a sugestão e salientou que se foi aprovado no comitê será feito a  
102 correção. O conselheiro **Itamar (CI-Lago)** frisou os trabalhos do comitê, sendo  
103 primeiro, a aprovação do plano e segundo, o trabalho em função da cobrança, e  
104 comentou que espera que o recurso da cobrança seja aplicado na bacia. Em  
105 seguida o **Presidente** colocou em votação a homologação da cobrança que foi  
106 aprovada por unanimidade. E dando prosseguimento colocou em votação a  
107 proposta de calendário de reuniões para 2016: 28ª Reunião Ordinária - 24 de  
108 fevereiro de 2016; 29ª Reunião Ordinária - 11 de maio de 2016; 30ª Reunião  
109 Ordinária - 10 de agosto de 2016; 31ª Reunião Ordinária - 30 de novembro de  
110 2016. A proposta foi aprovada. O **Secretário Executivo** informou que esta é a  
111 última reunião do mandato 2014/2015 e agradeceu o empenho dos conselheiros e  
112 comentou a necessidade de estender o prazo do mandato para 3 anos e informou  
113 que alguns conselheiros não poderão ser reconduzidos para o próximo biênio. O  
114 conselheiro **Itamar (CI-Lago)** comentou que quando começa a aprender o que  
115 deve ser feito enquanto conselheiro, com toda a gama de informação que se tem, o  
116 mandato acaba. Disse que conforme o conselheiro Nivaldo salientou é necessário  
117 trabalhar um formato para que a interação entre conselheiros seja maior, talvez  
118 aumentar o período para 3 anos. O **Secretário Executivo** informou que para  
119 aumentar o mandato é necessário alterar a lei. Em seguida foi entregue certificado  
120 aos conselheiros presentes. E finalizando o **Presidente** agradeceu o trabalho dos  
121 conselheiros, salientou que é muito bom ver o Conselho atuante, desejou bom  
122 final de ano a todos e encerrou a reunião. Assim sendo, eu, Aldo Araújo Azevedo,  
123 Secretário Executivo do CERH lavrei a presente Ata da 27ª Reunião Ordinária do  
124 Conselho Estadual de Recursos Hídricos que, uma vez aprovada, será assinada  
125 por mim e pelos demais conselheiros.

Presidente

Secretário Executivo

ASSINATURAS:


Wendell Soares Pecheneco

Rodrigo Gomes Rodrigues

Thiago Milton Alves Reis

David M. de Souza

Thomaz Henrique SEINF

Sulamita Barbosa Carlos Polizel - PGE

~~Adriano~~ - SEAGRO

Eduarda Moreira Soares Professor SCSAU

Bruna R. Borges - SCSAU

Roberta Mara de Oliveira Morgara

Vicente Hugo Martins Novais

st.

**Instituições Ausentes:**

- Associação Tocantinense de Municípios – ATM;
- Secretaria de Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação;
- Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Turismo;
- Secretaria da Saúde;
- Ministério Público Estadual;
- Federação da Agricultura do Estado do Tocantins – FAET
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Tocantins – FETAET;
- Federação das Indústrias do Estado do Tocantins – FIETO;
- Administração das Hidrovias do Araguaia e Tocantins – AHITAR.

wendell